

SUMÁRIO

Prefácio	9
1. Introdução	13
2. Breves considerações sobre a teoria dos sistemas de codificação Sistemas abertos, fechados, móveis e imóveis ..	17
2.1. O conceito de sistema	17
2.2. O desenvolvimento dos sistemas jurídicos e a sua classificação	20
2.3. O sistema adotado pelo Novo Código Civil – O sistema móvel e a adoção das Cláusulas Gerais, dos Conceitos Indeterminados e dos Princípios Gerais do Direito	23
2.3.1. Considerações finais sobre o sistema de codificação adotado pelo Novo Código Civil	44
2.4. Algumas considerações sobre o Direito Alternativo ...	47
3. O direito dos contratos	53
3.1. Da teoria contratual clássica ou liberal	55
3.2. Da teoria contratual moderna ou social	67
3.3. Dos contratos no Código Civil de 2002	72
3.3.1. Das cláusulas gerais	72
3.3.1.1. Da cláusula geral da autonomia privada	73
3.3.1.2. Da cláusula geral do respeito à ordem pública	75
3.3.1.3. Da cláusula geral da função social do contrato	78
3.3.1.4. Da cláusula geral da boa-fé objetiva ..	87
3.4. Artigos do Código Civil que tratam especificamente da intervenção do judiciário nos contratos	102

3.4.1. Algumas contradições existentes no Novo Código Civil e as formas de solução das questões delas decorrentes	106
3.4.1.1. Os artigos 478, 479 e 317 do Código Civil – As teorias da onerosidade excessiva e da imprevisão no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	106
3.4.1.2. A anulação do negócio jurídico por lesão	116
3.5. Breves considerações sobre o direito intertemporal. A aplicação do Código Civil aos contratos firmados anteriormente a 2003	118
3.6. Dos contratos de consumo antes e após a promulgação do Código Civil de 2002	122
3.7. Considerações sobre a intervenção “ <i>ex officio</i> ”	125
3.7.1. Das matérias de ordem pública no Código de Defesa do Consumidor	133
4. Da intervenção do juiz (como representante do estado) nos contratos – considerações de ordem processual	137
4.1. A classificação das ações	137
4.1.1. As sentenças proferidas em ação de conhecimento	138
4.1.1.1. As sentenças determinativas	145
4.2. Instrumentos processuais que permitem a intervenção do juiz	151
4.2.1. Ações de revisão de cláusula contratual	154
4.2.2. Ações relativas às cláusulas abusivas	159
4.2.2.1. Da possibilidade da revisão das cláusulas abusivas	163

4.2.2.2. O reconhecimento da nulidade da cláusula contratual, a ação declaratória incidental e a coisa julgada	171
4.2.2.2.1. Questão argüida por meio de ação declaratória incidental	172
4.2.2.2.2. Questão reconhecida, no dispositivo, de ofício pelo juiz	174
4.2.2.2.3. Questão alegada na inicial como causa de pedir ou em contestação e decidida como fundamento da decisão ou questão não alegada e não decidida ...	174
4.2.3. Das ações coletivas	179
4.2.3.1. Do microsistema das ações coletivas	180
4.2.3.2. Do objeto das ações coletivas	181
4.2.3.3. Das ações coletivas para revisão de cláusulas contratuais	185
4.2.3.4. Da legitimação ativa nas ações coletivas	189
4.2.3.5. Da coisa julgada nas ações coletivas .	195
4.2.3.6. Algumas considerações sobre o compromisso de ajustamento de conduta e o inquérito civil.....	199
5. Conclusão	203
6. Referências Bibliográficas	207